

Desligue-se!

A Comissão Europeia apresentou recentemente uma proposta de revisão intercalar da Política Agrícola Comum (PAC). O documento, elaborado sob a égide do Comissário Franz Fischler, aponta três linhas fundamentais de reforma: (1) desvinculação das ajudas em relação à produção: isto é, o agricultor passa a receber um subsídio *ex ante*, calculado com base nos apoios recebidos ao longo de 2000-2002; (2) sujeição da ajuda ao cumprimento, por parte do agricultor, de normas de qualidade e de protecção ambiental; (3) redução parcial das ajudas, a partir de 2007.

Como se sabe, o Governo Português tem-se mostrado contrário à reforma da PAC. Mas nos últimos dias, optou por não hostilizar a totalidade da proposta, apontando antes as baterias para a medida que preconiza a separação entre as ajudas e a produção (o chamado "desligamento"). Mas, definitivamente, o alvo foi mal escolhido.

Para avaliarmos as vantagens do "desligamento", é útil tomar em consideração a situação de partida. O problema da PAC actual é não ser neutra relativamente às decisões de produção. Quando o agricultor opta por uma determinada cultura (ou mesmo pela não produção), toma em consideração não só os preços e as aptidões naturais do clima e da terra, mas também o subsídio que espera receber. Como determinadas culturas recebem mais apoio que outras, o agricultor é muitas vezes induzido a optar por uma especialização que não está de acordo com a sua vantagem comparativa.

A discriminação entre culturas faz sentido quando o objectivo é corrigir uma distorção. Por exemplo, se a protecção do montado for considerada importante para a preservação do ambiente numa determinada região, pode justificar-se um apoio específico. Mas o grosso dos subsídios da PAC não obedece a essa lógica. O facto de a PAC hoje discriminar favoravelmente a produção de cereais e de bovinos é uma arbitrariedade que resulta de um processo histórico e político que pouco tem a ver com considerações de natureza económica.

Não havendo motivo para a discriminação, a política discriminatória acarreta necessariamente uma perda de eficiência. Em Portugal, por exemplo, observa-se um volume de actividade em algumas produções cerealíferas muito superior ao que seria de esperar, dadas as características dos solos. No nosso país, a Política Agrícola Comum

tem resultado numa espécie de Campanha do Trigo em versão tardia, com subsídios altos e produtividade baixa. Em muitas explorações, se não fossem os subsídios da PAC, a actividade seria deficitária. Não por falta de mecanização, mas devido a uma especialização errada.

Aquilo que seria de esperar por parte de um executivo empenhado no aumento da produtividade agrícola seria a prossecução de políticas conducentes a um padrão de especialização mais consistente com o aproveitamento das vantagens comparativas. Por isso, não se compreende, a oposição do Governo Português a uma medida que visa repor a neutralidade na Política Agrícola Comum. Ao defender a situação actual, o Governo parece mais empenhado em defender o desperdício de recursos do que a eficiência económica.

Segundo o Ministro da Agricultura, o "desligamento" das ajudas relativamente à produção conduzirá a um quebra da actividade agrícola em Portugal. Isto porque, como no nosso país existem muitas explorações com custos variáveis superiores ao valor da produção, nesses casos os agricultores ganham mais se não produzirem nada. De acordo com um estudo do Ministério da Agricultura, o "desligamento" resultará no abandono da actividade em 59% da área agrícola actualmente destinada ao sequeiro e na redução em 33% do número de efectivos de gado bovino. Para o Ministro, essa queda da produção é "inaceitável".

Confesso que esta posição é difícil de entender. Afinal, o que pretende o Governo? Manter os agricultores portugueses afectos a culturas que destróem em valor? Se ao agricultor for dada a oportunidade de receber um subsídio idêntico ao que recebia no passado sem que, para tal, tenha de despender recursos numa actividade que dá prejuízo, isso é mau? Mesmo que a única alternativa fosse o pousio, só pelo facto de passar a receber o subsídio por inteiro, o agricultor ficaria melhor! Mas a opção pelo pousio nem sequer é uma hipótese plausível: como as escolhas deixam de estar condicionadas, o mais natural é os agricultores voltarem-se para as culturas que melhor se ajustem às suas condições de produção. Tanto mais não seja a floresta. Ao fazê-lo, aumentarão o seu lucro, pois ao montante do subsídio passam a acrescentar, não um prejuízo de exploração, mas sim um ganho. O resultado é o aumento da produtividade na agricultura e uma maior eficiência agregada.

Como é evidente, durante o ajustamento assistir-se-á a uma mudança no padrão de produção. Algumas culturas sofrerão quebras significativas e outras desenvolver-se-ão.

Mas a afirmação de que a separação das ajudas relativamente à produção conduzirá ao abandono dos campos é uma falácia.

A separação das ajudas relativamente à produção, a ser implementada, constituirá sem dúvida um passo de gigante no sentido da eficiência económica dentro da União Europeia. Com a compensação, os agricultores ficarão, na pior das hipóteses, na mesma e, em muitos casos, melhor. Neste quadro, torna-se difícil compreender a oposição do Governo Português a esta medida. Possivelmente, o objectivo é simular descontentamento, para depois reivindicar um estatuto especial para a agricultura portuguesa. Mas ao apostar numa linha de argumentação tão frágil, o Governo arrisca-se a perder credibilidade nos corredores de Bruxelas.

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro, 6.3.03